XVII Encontro Nacional da ABET
Tema: Crises e horizontes do trabalho a partir da periferia
Período de realização: 03 de agosto a 10 de setembro de 2021
Local: Universidade Federal Fluminense (Evento Remoto)
Grupo Temático 10: Trajetórias e Disposições Sociais em meio às Reconfigurações do Mundo do Trabalho

O Trabalhador por Conta Própria na Produção de Confecções em Caruaru-PE

Ana Márcia Batista Almeida Pereira (UFPE/Centro Acadêmico do Agreste)
Cláudia Freire (UFPE/Centro Acadêmico do Agreste)

RESUMO

Este artigo tem o objetivo de apresentar os resultados da 1ª fase do Convênio 06/2019 firmado entre a Universidade Federal de Pernambuco e a Secretaria Regional do Trabalho e Emprego em Pernambuco, que apresenta uma caracterização do trabalhador por conta própria situado em facções de confecções em Caruaru-PE. Para este fim, mobilizamos o debate sobre a constituição histórica do Polo de Confecções do Agreste Pernambucano e suas transformações recentes, destacando as dinâmicas da informalidade relativas à produção e ao trabalho ali presentes, ressaltando as facções como eixo da dinâmica formal-informal e expressão do trabalho por conta própria no local. Na etapa da pesquisa de campo, foi conduzida investigação de natureza qualitativa, com produção do material empírico por meio de entrevistas semiestruturadas, que buscaram captar duas categorias – as condições de trabalho e práticas de gestão –, considerando a singularidade do trabalhador por conta própria, de ser "patrão e empregado de si mesmo" (PRANDI, 1978), o que significa combinar o trabalho operacional com as funções administrativas de planejamento, organização e controle, típicas dos gestores/proprietários. Os resultados apontaram que apesar dos trabalhadores declararem que migraram para a condição de conta própria em razão da autonomia e da possibilidade de uma renda maior - em relação ao trabalho assalariado, na confecção - continuam limitados nos diversos aspectos da tomada de decisão relativa ao negócio e imersos em condições precárias de sobrevivência.

Palavras-chave: Trabalhador por conta própria; Condições de trabalho; Práticas de gestão; Polo de Confecções do Agreste Pernambucano.

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento urbano e industrial da região Nordeste, na maior parte do século XX, foi restrito às capitais, nas quais atuaram os fomentos e programas oriundos da Sudene e outros órgãos governamentais, deixando o interior à própria sorte, mergulhado na subsistência à base de pequenos sítios e suas produções locais de lavoura, pecuária extensiva e manufatura de produtos diversos. O interior de Pernambuco, especialmente a microrregião do Vale do Ipojuca, desenvolveu suas atividades econômicas graças à ação intensa das feiras, atuando como uma interseção comercial entre a zona rural, pequenas cidades e o trecho de acesso a Recife, capital do estado.

Nesta microrregião, a partir da década de 1950, conforme narrou Silva (2009), através da iniciativa de mulheres da zona rural de Santa Cruz do Capibaribe, surgiu uma produção doméstica de roupas e de artigos de confecção para casa, como colchas e tapetes, realizada nos domicílios, com tecnologia simples, destinada à clientela de pouco poder aquisitivo. Eram denominadas roupas de *Sulanca*, cujo objetivo seria vendê-las nas feiras e assim obter um complemento de renda. No

decorrer das décadas seguintes até 1990, a produção de confecções expandiu-se, integrando os municípios de Caruaru e Toritama, além de outros do entorno e tornou-se a principal atividade econômica, formando um aglomerado produtivo, comercial e de serviços de confecções, composto por 14 mil unidades produtivas, em sua maior parte de pequeno porte e informais, com faturamento médio anual em torno de R$19.590,00, empregando cerca de 80 mil pessoas (SEBRAE/UFPE, 2003).

Desde o final dos anos 1990 até a segunda década atual, este aglomerado experimentou uma fase de modernização em diversos aspectos - processos produtivos, gestão dos negócios, estrutura fabril, tecnologia - e se conectou mais nitidamente com os circuitos capitalizados de comercialização. De acordo com o Sebrae (2013), nesta fase destaca-se o aumento das unidades produtivas, esboçando em 2012 a cifra de 18.803, subdivididas entre facções (8.060), fabricos (7.078) e fábricas (3.665). Os fabricos e as fábricas produzem a maior parte das peças, se encarregam de sua montagem final e distribuição para o comércio, contudo, os fabricos o fazem fora do aparato jurídico-institucional e as fábricas atuam como firmas registradas. Ambos contratam os serviços das facções para complementar o processo produtivo. No conjunto, essas unidades produtivas tiveram um aumento no faturamento médio mensal, que passou para R$42.000,00, e do número de pessoas empregadas, chegando a 100 mil no período citado.

Juntamente com este crescimento produtivo, associa-se à modernização a participação de outros agentes, como fornecedores de máquinas e equipamentos, prestadores de serviços financeiros, de transporte, de *design*, a diversificação das formas de comércio e expansão do mercado consumidor para outros estados dentro e fora do Nordeste, o que levou à tentativa de substituição do termo *Sulanca* para *Polo de Confecções do Agreste Pernambucano* (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2013). Contudo, apesar da ampliação da atividade, um elemento estruturante vem se reproduzindo ao longo das décadas, que é a informalidade nas suas múltiplas dimensões: no registro do negócio e dos vínculos de trabalho; na organização do processo produtivo e nos vínculos sociais entre os sujeitos (PEREIRA, 2018).

Um dos elementos que dão base à dinâmica da informalidade são as facções, unidades produtivas informais que realizam serviços especializados como corte, costura, bordado, colocação de zíper, retirada de sobras de linha, costura de bolsos etc. As facções, ao complementarem a produção dos fabricos e das fábricas, atuam a partir de encomendas, e suas atividades são realizadas nos domicílios dos trabalhadores e funcionam tanto na zona rural quanto na zona urbana. Na cidade, concentram-se nos bairros periféricos e muitas se organizam na base do trabalho por conta própria. Em Caruaru, uma das principais cidades produtoras de confecção, encontra-se significativo contingente de trabalhadores por conta própria atuando na prestação de serviço ofertado pelas facções.

Para melhor entendimento dessa problemática, este texto tem como objetivo caracterizar o trabalhador por conta própria no espaço das facções de confecções em Caruaru-PE. O material empírico apresentado resulta da primeira etapa do convênio firmado entre a Secretaria Regional do Trabalho e Emprego em Pernambuco (SRTb/PE) e a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), realizado por equipe constituída de professores e estudantes vinculados ao Grupo de Estudos e Intervenções do Agreste (GEIA/CAA/UFPE)[1]. No plano de trabalho inicial, ocorrido entre 2018 e 2019, as ações ocorreram em três fases: a primeira contemplou a execução de oficinas teórico-metodológicas; a segunda envolveu pesquisa de campo e na terceira apresentou-se o relatório com os resultados consolidados.

Durante as oficinas, definiram-se categorias para especificar o trabalhador por conta própria, dada a sua singularidade de ser "patrão e empregado de si mesmo" (PRANDI, 1978), o que significa combinar o trabalho operacional com as funções administrativas de planejamento, organização e controle, típicas dos gestores/proprietários. Cacciamali (2000) também menciona a condição de contra própria atrelada ao aporte próprio dos recursos, facilidade de ingresso na atividade, uso intensivo do trabalho e de tecnologia adaptada mediados por qualificação à parte do sistema escolar de ensino. Deste modo, na pesquisa de campo foram mobilizadas duas categorias centrais: *condições de trabalho e práticas de gestão*, que orientaram a produção de 14 entrevistas semiestruturadas juntos aos trabalhadores e a análise do material empírico.

Diante do objetivo anunciado e visando ao seu alcance, este artigo está organizado em três seções, a saber: a primeira é esta introdução que traça um panorama geral da origem, desenvolvimento e modernização do Polo de Confecções do Agreste; a segunda seção detalha as dinâmicas da informalidade relativas à produção e ao trabalho ali presentes, em perspectiva histórica, ressaltando as facções como eixo da dinâmica formal-informal e expressão do trabalho por conta própria no local; a terceira seção apresenta o perfil do trabalhador por conta própria das facções, suas condições de trabalho e práticas de gestão; por fim, esboçam-se algumas reflexões sobre as particularidades deste trabalhador por conta própria na experiência socioprodutiva da confecção na cidade de Caruaru.

2 AS DINÂMICAS DA INFORMALIDADE NO TRABALHO E NA PRODUÇÃO DE CONFECÇÕES

[1] Este artigo se beneficia dos resultados relativos ao segmento de confecção apontados no relatório técnico produzido no âmbito do Convênio 06/2019-UFPE/SRTb/PE. O embasamento teórico-metodológico da pesquisa de campo foi construído pela equipe durante 4 oficinas no período de outubro/2018 a abril/2019 (PEREIRA et al., 2020). Vale também salientar que este estudo compõe um esforço coletivo de pesquisa que tem como eixo central a informalidade do trabalho no Polo de Confecções de Pernambuco (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2013, entre outros).

O resultado da intensificação da produção de confecções, no decorrer das décadas de 1960 e 1970, foi a criação de uma feira específica para comercializar os produtos – a feira da Sulanca – cuja dinâmica ajudou a promover um incremento populacional nas cidades envolvidas, através de expressiva oferta de trabalho tanto para produzir quanto para comercializar as confecções. A feira da Sulanca foi criada na década de 1960 em Santa Cruz do Capibaribe; em Caruaru, na década seguinte, impulsionada pela feira local. Porém, como destacou Véras de Oliveira (2013), tratava-se de produção e comércio informais, utilizando tecnologia simples, um quantitativo de peças reduzido, destinada ao comércio de feira e a uma clientela de baixa renda.

Na experiência socioprodutiva local, o trabalho era atrelado a este perfil, predominantemente informal, marcado por condições precárias de sobrevivência. Não havia o hábito de contratação por carteira assinada nesta época, segundo Bezerra (2011), tal medida era aplicada ao funcionalismo público, o que prevalecia eram as relações de parentesco e confiança na confecção. Uma prática adotada nas relações de produção e trabalho era o custeio antecipado. Consistia, segundo Burnett (2014), no adiantamento de materiais de produção fornecidos por comerciantes para as costureiras produzirem as confecções, cujos custos dos materiais eram deduzidos do valor de venda dos produtos finais. Essa prática associou trabalho informal e subcontratação, ademais, ajudou a estruturar o funcionamento das facções e dos fabricos.

Ao final da década de 1980, o território da Sulanca já era conhecido na região Nordeste como uma terra de oportunidades e desencadeou tanto uma migração intrarregional quanto uma migração reversa de quem havia ido tentar a vida em São Paulo e em outras capitais do Sudeste. No mesmo período, Andrade (2008) aponta que a produção de *jeans* foi introduzida em Toritama, utilizando máquinas, mão de obra e *expertise* da extinta produção de calçados de couro, também informal. Acoplada a esta especialidade, surgiram as primeiras lavanderias de beneficiamento do *jeans*, que se integravam à cadeia produtiva na etapa de beneficiamento das peças, prestando serviços para os fabricos e para as fábricas, também configurando oportunidades de trabalho (PEREIRA, 2018).

De forma geral, vários pequenos comerciantes locais, pessoas que trabalhavam em atividades diversas como vender picolé na rua, vender alimentos na feira, atuar como vendedor no comércio local, motorista de ônibus e até como policial militar, juntaram seus parcos recursos ou pediram empréstimos a seus parentes e decidiram empreender uma pequena confecção, na informalidade, devido ao dinamismo das Feiras da Sulanca (FREIRE, 2019).

A proliferação de micro e pequenos negócios da confecção constituem, deste então, o perfil do aglomerado produtivo formado ali. A informalidade tornou-se um meio de acumulação utilizado intensamente e de maneira diversificada. Aos pequenos produtores de confecção serviu para iniciar e consolidar seus negócios, deixando-os livres do peso dos impostos, das indenizações trabalhistas e das fiscalizações sobre mercadorias, visto que não havia regularização estatal sobre os negócios. Aos

trabalhadores, a informalidade se impôs como alternativa à escassez de emprego formal e à necessidade de sobrevivência, empurrando-os para a realização do trabalho precário.

A partir dos anos 1990 o perfil produtivo sofreu uma modificação, as unidades produtivas que mais cresceram, precisaram se formalizar, devido à quantidade de máquinas utilizadas, à aglomeração de pessoas trabalhando na produção e até mesmo para poder comercializar com revendedores de outras cidades e estados. Uma vez formalizados, investiram em modernização tecnológica e ampliaram a infraestrutura produtiva, passando a contratar parte dos trabalhadores com carteira assinada e a participar de outras modalidades de comércio, como vendas em atacado, vendas para magazine, rodadas de negócios, representações comerciais e abriram muitas lojas formalizadas no comércio local (FREIRE, 2019).

Nos anos 2000, decorrente destes acontecimentos, formaram-se grupos de empresários locais, com significativo poder econômico, dado o volume de produção, vendas e empregos que agregavam às suas unidades produtivas. O poder econômico adquirido permitiu a interferência dos empresários tanto na vida social quanto na vida política das cidades, especialmente, aquelas denominadas cidades-núcleo – Santa Cruz do Capibaribe, Caruaru e Toritama – por agregar em torno de 77% da produção de confecções. Assim, ações modernizantes entraram em cena, como a criação das Associações Comerciais, sindicatos patronais, construção de grandes centros comerciais (Moda Center, Parque das Feiras e o Polo Comercial) e pavimentação das rodovias de acesso. Frente à expressividade da atividade econômica, o Estado tornou-se presente, ajudando na formação de pequenos distritos industriais e na atuação do sistema S, em especial o Senai e o Sebrae. O Polo de Confecções passou a envolver mais municípios, além de Santa Cruz do Capibaribe, Caruaru e Toritama, irradiando-se para o entorno e integrando Agrestina, Brejo da Madre de Deus, Cupira, Riacho das Almas, Surubim, Taquaritinga do Norte e Vertentes, entre outros (SEBRAE, 2013).

Porém, apesar de todos esses avanços registrados, ainda permanece o predomínio do trabalho informal nas cidades envolvidas com a produção de confecções. Prova disso são os relatórios produzidos pelo Sebrae. O primeiro, publicado em 2003, nos afirma que 90% da produção realizada se dava de maneira informal. O segundo, produzido em 2013, aponta que este cenário, após uma década pouco mudou e 80% da produção ainda é realizada de maneira informal, em unidades de micro e pequeno portes. Tanto os fabricos quanto as fábricas se beneficiam do trabalho informal. Os fabricos porque funcionam na informalidade e utilizam os serviços complementares das facções; as fábricas porque também utilizam os serviços complementares das facções (SEBRAE, 2013).

Neste contexto, evidencia-se que as facções representam o eixo de ligação entre as unidades produtivas e firmam uma modalidade de produção e trabalho possível de denominar formal-informal. E justamente nas facções, dado seu caráter periférico, tanto por ser complemento da produção quanto

por existir na periferia das cidades ou fazendo divisa com a zona rural, é nelas que se verifica o predomínio do trabalho por conta própria no circuito da confecção no Agreste de Pernambuco.

3. O TRABALHADOR POR CONTA PRÓPRIA NAS FACÇÕES DE CONFECÇÃO EM CARUARU

O trabalhador por conta própria na experiência socioprodutiva da confecção em Caruaru pode ser caracterizado com base em duas categorias, a saber: condições de trabalho e práticas de gestão. À primeira, associaram-se as dimensões: rotina e jornada de trabalho; renda; doenças ocupacionais e contribuição à previdência social; quanto às práticas de gestão, as dimensões foram: fases, insumos e participantes da produção; tipos, quantidades e preços das peças produzidas; captação de clientes; canais de vendas e controle financeiro (PEREIRA et al., 2020, p. 6). Neste estudo, as práticas de gestão referem-se aos saberes práticos aprendidos no e para o negócio; por condições de trabalho entendem-se as condições físicas, normas, remuneração, características e condições gerais do ambiente produtivo (BORGES, COSTA, ALVES FILHO et al., 2013).

Anterior à caracterização do trabalhador por conta própria, importa resgatarmos o perfil das(os) pesquisadas(os) e o modo como se inseriram no trabalho por conta própria. Os achados da pesquisa apontaram que onze são do gênero feminino, a maioria natural de Caruaru, e três do gênero masculino. No conjunto, as faixas etárias variam entre 28 e 49 anos. Os graus de escolaridade prevalecentes são ensino fundamental incompleto e ensino médio completo, sendo que os menos escolarizados possuem idade acima de 42 anos. As entrevistadas estão na ocupação de costureira, o mesmo corresponde aos dois homens entrevistados, exceto um deles que trabalha como cortador. Logo, a costura é a atividade central nas trajetórias laborais, aprendida no espaço do domicílio, sem a experiência em cursos profissionalizantes.

A inserção no mundo do trabalho remonta à adolescência e juventude das trabalhadoras e trabalhadores, e ocorreu em unidades produtivas informais (fabricos e facções), de caráter familiar, no comércio da feira de confecção (*Feira da Sulanca*) na cidade de Caruaru-PE. Isto significa que o início na atividade esteve situado na região agrestina e foi beneficiado pela rede social de parentesco e amizade, previamente construída e inserida na confecção local e no contexto histórico descrito.

A inserção laboral ainda na infância implicou em aprendizagens para o trabalho vividas fora do ambiente escolar convencional. As(os) trabalhadoras(es) aprenderam a costurar por meio de qualificação tácita, ou seja, observando outras costureiras e incorporando a destreza pela prática e acúmulo de experiências. O mesmo se aplica para as habilidades e conhecimentos necessários para o trabalhador pesquisado na ocupação de cortador. A transição para o trabalho por conta própria se

deu por meio do incentivo de parentes, que concederam o capital inicial necessário para abrir o negócio. Verbas rescisórias também viabilizaram a compra de maquinário novo ou usado (máquinas de costura, sobretudo). Nos relatos, o trabalho por conta própria representou, em geral, alternativa de sobrevivência frente ao desemprego. Para as mulheres, significou a possibilidade de trabalhar no domicílio e conciliar com as atividades domésticas, principalmente o cuidado dos filhos. Muitas entrevistadas se tornaram conta própria, após o nascimento do primeiro filho. Uma outra motivação para tornar-se trabalhador(a) por conta própria foi o horizonte de maior autonomia e possibilidade de aumentar a renda, principalmente para os que tiveram experiência no trabalho assalariado formal e informal.

No âmbito da produção de confecções, *as condições de trabalho* se revelaram precárias, a atividade é predominantemente informal. Quanto à rotina de trabalho, verificou-se que a maior parte por ser do gênero feminino tem sua rotina dividida entre as atividades domésticas (cuidados com a casa e os filhos) e o trabalho na facção. A jornada de trabalho é extensa, acontece de segunda a sábado, podendo ir de domingo a domingo nos períodos de datas comemorativas, começa bem cedo e não tem hora certa para terminar, depende da quantidade de peças a ser produzidas.

Quanto à renda, a média dos ganhos dos entrevistados é de R$1.500,00 por mês; o menor ganho mensal corresponde a um salário-mínimo (R$988,00)[2] e o maior à aproximadamente a 2,4 salários-mínimos (R$2.400,00). O ganho mensal não tem valor fixo, pois depende da quantidade de peças encomendadas. Atualmente, a maior parte dos entrevistados não possui outras atividades além da confecção, sendo esta a principal atividade e fonte de renda.

Foi observado que existem doenças ocupacionais em decorrência do trabalho realizado. As principais queixas se referem a problemas físicos (dor na coluna, problemas de visão e dor nos pés) e problemas psicológicos (sobrecarga de trabalho, desânimo, cansaço e pressão psicológica por produtividade). Quanto à contribuição à Previdência Social nenhum dos entrevistados contribui atualmente, poucos deles reconhecem a importância da contribuição e a maior parte não prevê fazê-la futuramente.

As práticas de gestão dos trabalhadores por conta própria variam bastante. Em se tratando das fases da produção, estas variam conforme as especificidades de cada peça. Foram identificados dois tipos de produção: fabricação própria com terceirização/subcontratação de parte da produção e fabricação totalmente subcontratada. Na primeira situação, trata-se de unidade produtiva prestadora de serviço (facção), mas que funciona também como confeccionista (fabrico). No que tange aos participantes da produção, observou-se que o cortador trabalha sem auxiliar, outros contratam pessoas por diária e há a presença de um membro da família auxiliando na linha de produção, podendo ser o cônjuge ou cunhado, sobrinho, mãe, filho, irmã.

2 Este é o valor do salário mínimo relativo ao ano de 2019.

Nas unidades pesquisadas, há uma variedade de peças sendo produzidas, nos segmentos de moda masculina, feminina, infantil e evangélica, tais como: calças, bermudas, shorts, saias, jardineira, jaquetas, camisas, conjuntos etc. Há os que prestam serviço voltado com foco na confecção de um tipo de produto e os que diversificam, conforme a demanda do cliente. A quantidade de peças produzidas depende da sazonalidade, mas a maior parte produz entre 200 e 500 peças por semana, outros de 120 a 150 peças por semana e havia os que apresentavam uma produção de 1.000 peças semanais, chegando a 1.500 unidades nos períodos de maior venda.

Quanto ao preço das peças, a maioria não realiza cálculo de custos e define o preço com base no mercado, tamanho da peça, tempo gasto para produção ou o valor previamente definido pelo contratante/cliente. Os que fazem algum cálculo dos custos incluem o valor do material e da energia e cobram em torno de R$1,50 por peça.

Em alguns casos, os insumos da produção são entregues pelo contratante do serviço. Em outros, o fabrico é responsável pela compra e existem também os casos em que parte do material é do cliente e outra parte comprada pelo contratado. Em geral, os insumos são aviamentos (linhas, botões, zíper, elástico etc.), tecidos, peças cortadas; embalagens para acondicionamento das peças etc. Os trabalhadores adquiriram seu maquinário por meio de recursos da poupança, venda de imóvel ou partilha de bens do divórcio, cartão de crédito ou financiamento. Outros foram presenteados com máquinas, usam algumas máquinas alugadas ou emprestadas por parentes.

A captação de clientes é feita por indicação de amigos ou do grupo de costureiras pelo *WhatsApp*, venda direta na feira, visita a cliente lojista em potencial, placa afixada na porta do estabelecimento (prática muito comum na região) e visita a fabricos maiores, seguindo a sazonalidade do mercado.

Os canais de venda se direcionam tanto na oferta do serviço prestado, nas facções, quanto para escoar as mercadorias finalizadas. As peças de roupas são comercializadas na região, especialmente por meio de canal direto nos bancos de feira e lojas no entorno da *Feira da Sulanca*, em Caruaru e circunvizinhança. Para os fabricantes, há venda direta aos clientes para outros mercados, tais como: São Paulo, Rio de Janeiro e Piauí com uso de transporte fretado para este fim.

O controle financeiro é um ponto sensível nas práticas de gestão, pois a maioria dos(as) entrevistados(as) não apresenta uma rotina padronizada para tanto. O acompanhamento é feito de maneira simplificada com anotações manuscritas e esporádicas em cadernos, com periodicidade semanal ou quinzenal. A experiência na atividade de confecção vem possibilitando realizar o fluxo de caixa, “de cabeça”, por exemplo. Durante a pesquisa, evidenciou-se que os trabalhadores têm clareza dos prejuízos por não adotar o controle financeiro sistematizado e criterioso. Não foram citados procedimentos específicos para investimento no negócio próprio, mas alguns trabalhadores

fazem planejamento financeiro e “poupam” para cobrir os períodos de instabilidade e redução no rendimento/faturamento.

Diante das condições de trabalho e práticas de gestão relatadas acima, muitos não se veem como proprietário de um negócio, aspecto que se revelou paradoxal no cotidiano de trabalho. De um lado, os prazos de entrega e preços das peças definidos pelos “contratantes” reduzem a percepção da autonomia na gestão do negócio. A instabilidade financeira, ocasionada também pela ausência de tomada de decisão ou mesmo previsibilidade sobre os rendimentos/faturamento também contribui para realçar o caráter subordinado da prestação de serviços das facções no emaranhado da cadeia produtiva do Polo de Confecções. De outro lado, a responsabilidade direta pela aquisição de insumos, manutenção das máquinas e cálculos diversos relativos à atividade os aproximam das atribuições da gestão do negócio próprio. Organizar a jornada de trabalho e decidir sobre os intervalos para descanso, alimentação, ou seja, “fazer o horário” contribui para se conectarem ao trabalho por conta própria, assim como não estarem submetidos ao controle direto de outrem e trabalhar em empreendimento de propriedade da família, e não de terceiros. No geral, as(os) trabalhadoras(es) não se veem como donas (os) do próprio negócio, ou seja, não se alinham à autorrepresentação de negociante/empreendedor, ao tempo que se identificam com o trabalho autônomo, fora da relação de subordinação.

4. ALGUMAS REFLEXÕES PARA FINALIZAR

A experiência socioprodutiva da confecção no Agreste Pernambucano tem na sua gênese a centralidade do trabalho informal nas suas diversas configurações. Especificamente, o conta própria é um tipo de trabalhador que se confunde com a origem da atividade de confecção na região e se apresenta nas diversas ocupações que cruzam a linha do tempo da história local – as sacoleiras, os carregadores nas Feiras da Sulanca, os mecânicos de máquinas; os cortadores de tecidos que "correm" os fabricos da região ou estão em garagens/salões de produção; as(os) costureiras(os) em facções de modelagem, acabamento, corte-costura.

Este artigo buscou caracterizar os trabalhadores por conta própria situados em facções de confecções em Caruaru-PE, dando ênfase às condições de trabalho e as práticas de gestão. A escolha das facções pautou-se no entendimento de que são o ponto de ligação entre as unidades produtivas do segmento ao conectarem a informalidade à formalidade nas etapas da produção, visto que se posicionam na cadeia como prestadoras de serviço informais para os fabricos, mas também às fábricas, além de representarem o espaço social no qual a persistência do trabalhador informal no processo de trabalho é mais evidente.

Os resultados apontaram que as condições de trabalho seguem o padrão do trabalho informal, com jornadas extrapoladas, rendimentos baixos e suscetíveis à sazonalidade, além da naturalização da desproteção social por parte dos trabalhadores, quando indagados sobre a contribuição à seguridade social. As práticas de gestão identificadas não seguem um protocolo sistematizado, sendo mais intuitivas, porém a tomada de decisão sobre algumas rotinas administrativas, como os canais de venda dos serviços, aquisição de insumos, associada à posse dos meios de produção configura o exercício de atribuições requeridas de gestores/proprietários de negócios.

As contribuições deste artigo seguem no sentido de especificar as características do trabalhador por conta própria na atividade de confecção na cidade de Caruaru, mesmo pautado em recorte qualitativo de pesquisa, não passível de generalização. No entanto, podemos projetar que as situações descritas podem ser estendidas para os municípios do Polo de Confecções, caso sejam confirmadas em pesquisas futuras. Outro propósito analítico foi o de trazer à tona as características desse trabalhador não assalariado e a relação de subordinação/exploração dentro da cadeia produtiva junto aos "contratantes", ao tempo em que apontamos a importância de se aprofundar as pesquisas de campo, sobretudo as que venham a se debruçar sobre a diversidade das manifestações empíricas do trabalhador informal do tipo conta própria.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, T. de S. **A estrutura institucional do APL de Confecções do Agreste Pernambucano e seus reflexos sobre a cooperação e a inovação**: o caso do município de Toritama. 2008. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.

BEZERRA, Elaine Mauricio. **O trabalho a domicílio das mulheres do Cariri paraibano no Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFCG). Campina Grande, 2011.

BORGES, L. O; COSTA, M. T. P; BARROS, S. C; ALVES FILHO, A; FALCÃO, J. T. R; LEITE, C. P. R. L. A; SOUZA, A. L. R. Questionário de condições de trabalho: reelaboração e estruturas fatoriais em grupos ocupacionais. **Revista Avaliação Psicológica**, Belo Horizonte, v. 2, n. 12, p. 213-225. 2013. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php. Acesso em: 22 ago. 2019.

BURNETT, Annahid. As raízes rurais da Feira da Sulanca no agreste pernambucano. **Revista Extensão Rural**, DEAER/UFSM, Santa Maria, v.21, n.4, out./dez. 2014.

CACCIAMALI, Maria Cristina. Globalização e processo de informalidade. **Economia e Sociedade**, Unicamp, Campinas, n. 14, jun. 2000.

FREIRE, C. **Da condição de trabalhador à condição de empresário**: estratégias de sobrevivência em um contexto de subdesenvolvimento. Curitiba: Editora Appris, 2019.

PEREIRA, A. M. B. Dinâmica formal-informal em lavanderias de jeans e suas implicações nas relações de trabalho. 2017. **Tese** (Doutorado em Administração do Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal da Paraíba). João Pessoa, 2018.

PEREIRA, Ana Márcia B. A. et al. **Relatório técnico**: convênio nº 06/2019-UFPE/SRTb/PE. Caruaru: GEIA/CAA/UFPE, 2020.

PRANDI, R. **O trabalhador por conta própria sob o capital**. São Paulo: Edições Símbolo, 1978.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). **Estudo econômico do Arranjo Produtivo Local de Confecções do Agreste Pernambucano**. Recife: FADE-UFPE, 2003.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). **Estudo econômico do arranjo produtivo local de confecções do agreste pernambucano**, 2012. Recife: SEBRAE-PE, 2013

SILVA, S. R. A. A juventude na "*Sulanca*": Os desafios da inserção no mundo do trabalho em Taquaritinga do Norte - PE**. Dissertação** (Mestrado em Ciências Sociais do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande). Campina Grande, 2009.

VÉRAS DE OLIVEIRA, R. O Polo de confecções do Agreste de Pernambuco: elementos para uma visão panorâmica. *In*: VÉRAS DE OLIVEIRA, R.; SANTANA, M. A. (orgs.). **Trabalho em territórios produtivos reconfigurados no Brasil**. João Pessoa: Editora UFPB, 2013, p. 233-278.